

Edição Especial

RUY FABIANO

E-mail: ruy@cbdata.com.br

28 SET 1997

Claro enigma

CORREIO BRAZILIENSE

O ex-presidente Itamar Franco protagoniza um dos mistérios mais cristalinos do processo sucessório. Posa de candidato à sucessão presidencial, mas joga de fato na sucessão mineira.

A única hipótese de concorrer à Presidência é mediante a desistência de Ciro Gomes, que, por enquanto, não está no horizonte. Itamar busca equilibrar situações complicadas. De um lado, quer o apoio de Fernando Henrique à sua candidatura a governador; de outro, quer transmitir apoio a Ciro Gomes que, tal como Fernando Henrique, foi seu ministro da Fazenda.

Por fim, compromissos com o PMDB, seu novo partido, o obrigam a manifestar-se favorável a uma hipotética candidatura presidencial de José Sarney. Como é óbvio, não será possível continuar jogando simultaneamente em três frentes. Em algum momento, terá que se definir.

Enquanto, porém, for possí-

vel manter o suspense, Itamar o fará. Política, afinal, tem muito de pôquer: o blefe faz parte do jogo. Seu cacife depende mais do temor que inspira que do benefício que possa produzir. Fernando Henrique já disse, mais de uma vez, que o único candidato que não quer enfrentar é Itamar, pelo constrangimento que inevitavelmente teria. Trata-se, afinal, de seu ex-patrão, por meio de quem se tornou o ministro do real e presidente da República.

Um duelo verbal entre ambos traria à tona situações melindrosas, que favoreceriam os adversários e desviariam o foco do debate do plano das idéias para o plano pessoal. Itamar sabe disso e alimenta, com algum prazer, a paranóia de Fernando Henrique.

Itamar só deve definir seu futuro próximo às convenções partidárias, ano que vem. Se, até lá, Fernando Henrique prosseguir favorito e se dispuser a apoiá-lo em Minas, o acordo fatalmente será selado.

Se o favoritismo for, por exemplo, de Ciro ou Sarney, a conversa muda. Ciro Gomes sabe disso, assim como Sarney, Fernando Henrique e todos os profissionais do ramo. Em política, o apelido disso é pragmatismo.

■ **Justiça** — A reparação judicial obtida esta semana pelo jornalista Luís Adolfo Pinheiro, acusado indevidamente no relatório da CPI do Orçamento, desfaz um dos equívocos mais perversos de um importante momento da história contemporânea do país.

Luís Adolfo, profissional honrado, nada teve a ver com o Orçamento e seus anões. Levou quatro anos para prová-lo — e a sentença da juíza Magnólia da Gama e Souza não deixa dúvidas: a inclusão de seu nome pelo relator da CPI, deputado Roberto Magalhães, constitui “flagrante violação de direitos fundamentais, como o da imagem”. A Justiça tardou, mas não falhou.